

ATA NÚMERO 182/XIII (4.ª)

Aos 4 dias do mês de julho de 2019, pelas 9 horas, reuniu a Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, na Sala 1 do Palácio de São Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

Parte I

Audição, por requerimento do Grupo Parlamentar do BE, do CENA-STE sobre a greve dos trabalhadores do Teatro Nacional de São Carlos

Parte II

1. Validação das votações indiciárias da [proposta de lei n.º 153/XIII \(4.ª\) \(GOV\)](#) - Altera o regime jurídico do combate à violência, ao racismo, à xenofobia e à intolerância nos espetáculos desportivos e das propostas de alteração realizadas pelo Grupo Trabalho Desporto
2. Discussão do [projeto de resolução 2248/XIII \(4.ª\)](#) (PCP) - Declaração da atribuição de 1% do Orçamento do Estado para a Cultura como meta a atingir no sentido da democratização cultural

Parte I

Audição, por requerimento do Grupo Parlamentar do BE, do CENA-STE sobre a greve dos trabalhadores do Teatro Nacional de São Carlos

Dando início à audição, a Senhora Presidente da Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, Deputada Edite Estrela, deu as boas vindas aos representantes do Sindicato dos Trabalhadores de Espectáculos, do Audiovisual e dos Músicos (CENA-STE) André Albuquerque, Carlos Pinillos, Herlander Valente, Hugo Barros, Irina Oliveira e José Diogo, explicando de seguida a metodologia dos trabalhos e a grelha de tempos a utilizar.

O Senhor Deputado Luís Monteiro (BE) apresentou o [requerimento](#) do seu grupo parlamentar afirmando que o Grupo Parlamentar do BE tem vindo a acompanhar a greve e as reivindicações do CENA e daqueles trabalhadores desde o primeiro momento em que houve o pré-aviso de greve. Portanto, têm tido esse cuidado e essa atenção. Disse que a preocupação da parte do seu grupo parlamentar acabou por se mostrar verdadeira.

No dia anterior na audição da Senhora Ministra da Cultura naquela Comissão, por várias vezes e em resposta a vários Grupos Parlamentares, a Senhora Ministra da Cultura tentou jogar com a situação faltando muitas das vezes à verdade com aquilo que foi o decorrer de todo o processo, mas acima de tudo assumindo uma postura e uma forma de resolver o problema que, ao invés de apoiar os trabalhadores da OPART e querer resolver o problema, não está mais do que a agravar aquilo que já são as desigualdades que existem dentro da OPART, o problema de falta de segurança no trabalho, o problema da desigualdade salarial, das desigualdades nas condições de trabalho entre os vários trabalhadores da OPART, no horário de trabalho. Assim, questionou sobre a verdade dos factos em relação a todo o processo.

Mencionou que a Senhora Ministra disse que o sindicato não quer mais do que um aumento salarial para uma pequeníssima percentagem dos trabalhadores da OPART, o que na verdade e pelo próprio documento a que têm acesso não é nada disso que está em causa. Com efeito, está em causa o regulamento de pessoal, elaborá-lo até ao fim de abril, o que constitui uma reivindicação antiga.

Transmitiu que a Senhora Ministra da Cultura disse no dia anterior desmentindo o sindicato que nunca tinha prometido um parecer jurídico em relação à matéria que estava em discussão. Pelo que, indagou se isso era verdade ou mentira.

A Senhora Presidente da Comissão lembrou ao Senhor Deputado Luís Monteiro (BE) e a todos que no dia anterior a Senhora Ministra tinha dito que todas as outras reivindicações estavam a ser atendidas. Dizer que a Senhora Ministra referiu que o sindicato não quer mais do que um aumento salarial para um número reduzido de trabalhadores não é verdade.

O Senhor Deputado Luís Monteiro (BE) mencionou que a Senhora Presidente da Comissão por várias vezes durante a atual Legislatura transformou o papel de Presidente da Comissão num papel

de interveniente direta nos debates que estão a ser travados. É aos grupos parlamentares, aos representantes do Governo e aos representantes das várias entidades que prestam declarações na Comissão que cabe fazer um juízo político sobre a discussão que está a ser travada. Esse papel não cabe à Presidente!

Disse também que se a Senhora Ministra da Cultura diz que não é verdade, não se pode estar à espera que venha outro representante do Governo ou do seu partido dizer que é mentira ou que é verdade.

O Grupo Parlamentar do BE, na sua autonomia e independência, não pode assumir que existe da parte da Presidente da Comissão uma interferência direta naquilo que é o debate político que está a ser travado.

A Senhora Presidente da Comissão mencionou que ninguém limitou a capacidade e liberdade de intervenção de nenhum grupo político. A única coisa que disse foi que o Senhor Deputado fez uma afirmação que não correspondia à verdade.

A Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP) disse que o comportamento da Senhora Presidente da Comissão é inaceitável e foi reiterado ao longo da Legislatura. Aquilo que cada um dos Grupos Parlamentares diz, não é para ser contestado nem desmentido ou comentado pela Senhora Presidente da Comissão. Sublinhou igualmente que solicita que fique registado formalmente em ata o protesto do seu Grupo Parlamentar quanto ao comportamento reiterado da Senhora Presidente da Comissão.

Respondendo à Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP), a Senhora Presidente da Comissão disse que se esse comportamento seu foi reiterado então esse assunto deveria já ter sido analisado antes, designadamente em reunião de mesa com coordenadores. Transmitiu igualmente que não falou em nome de nenhum grupo político e que apenas não se pode silenciar quanto a afirmações que não correspondem à verdade.

O Senhor Deputado José Carlos Barros (PSD) solicitou que fique lavrado em ata o protesto do Grupo Parlamentar do PSD relativamente à intromissão da Senhora Presidente na condução dos trabalhos, ultrapassando as suas competências.

Intervieram, de seguida, os Senhores Deputados Ana Sofia Bettencourt (PSD), Carla Sousa (PS), Ana Mesquita (PCP) e Luís Monteiro (BE) que colocaram diversas questões, nomeadamente sobre quem é a tutela do OPART, do São Carlos e da Companhia Nacional do Bailado, quais são as posições do CENA para resolver aquela questão, se ao nível das negociações que foram correndo se alguma vez houve interrupção das negociações e por quem.

Os representantes do CENA-STE responderam individualmente a cada um dos Senhores Deputados no seguimento das respetivas intervenções, tendo mencionado, designadamente que o Sindicato e os trabalhadores foram os únicos que desde sempre com especial relevância e força desde 2016 quiseram a implementação de um regulamento interno de pessoal, foi sempre o sindicato a considerar que o OPART precisava de uma solução estrutural, são o Ministério da Cultura e o Conselho de Administração da OPART que aderem àquela reivindicação e não o contrário.

Frisaram que o Sindicato nunca ignorou que a questão da harmonização salarial que é necessário fazer deveriam ser acompanhadas de um regulamento interno e, por isso, em vários momentos, inclusive no acordo assinado a 29 de março exigiu a sua discussão.

Na segunda ronda usaram da palavra os Senhores Deputados José Carlos Barros (PSD), Carla Sousa (PS), Luís Monteiro (BE) e Ana Mesquita (PCP), tendo os representantes do CENA-STE respondido no final a todas as questões colocadas pelos Senhores Deputados.

A documentação da audição e a gravação vídeo podem ser consultadas na [página internet da Comissão](#).

Parte II

1. Validação das votações indiciárias da [proposta de lei n.º 153/XIII \(4.ª\) \(GOV\)](#) - Altera o regime jurídico do combate à violência, ao racismo, à xenofobia e à intolerância nos espetáculos desportivos e das propostas de alteração realizadas pelo Grupo Trabalho Desporto

AS votações indiciárias da [proposta de lei n.º 153/XIII \(4.ª\) \(GOV\)](#) - Altera o regime jurídico do combate à violência, ao racismo, à xenofobia e à intolerância nos espetáculos desportivos e das propostas de alteração realizadas pelo Grupo Trabalho Desporto foram validadas pelos Grupos Parlamentares do PS, PSD, PCP, e BE, registando-se a ausência do CDS-PP.

2. Discussão do [projeto de resolução 2248/XIII \(4.ª\)](#) (PCP) - Declaração da atribuição de 1% do Orçamento do Estado para a Cultura como meta a atingir no sentido da democratização cultural

A Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP) referiu que a cultura tem de ser considerada como uma componente essencial da democracia conforme está consagrado na Constituição da República Portuguesa ao nível das tarefas fundamentais do Estado, dos direitos, liberdades e garantias e dos direitos e deveres culturais.

Salientou que anos a fio de cortes brutais no apoio às artes levaram ao fecho de dezenas de estruturas, ao aumento do desemprego e da precariedade e à diminuição dos salários.

Nesse sentido, disse, o Grupo Parlamentar do PCP propõe que a Assembleia da República declare a existência de 1% do Orçamento do Estado para a Cultura como uma meta que deve ser alcançada a breve trecho, para que seja possível a estruturação de um verdadeiro serviço público de cultura em todo o território nacional que garanta o acesso de todos à experiência da criação e da fruição cultural e artística.

Para concluir, referiu que o Grupo Parlamentar do PCP considera que é urgente consagrar este objetivo para combater a precariedade; contratar, com vínculo estável, os trabalhadores em falta para os vários organismos públicos da Cultura; valorizar salários e reduzir os horários de trabalho; aumentar os apoios públicos às artes; recuperar, salvaguardar, conservar, estudar e divulgar o património cultural; desenvolver a criação cinematográfica; aumentar os apoios à criação literária; promover o livro e a leitura; salvaguardar o carácter integralmente público dos vários organismos sob tutela ministerial; e garantir o acesso de todos a toda a cultura.

O Senhor Deputado Luís Monteiro (BE) disse que se tem assistido a uma lógica de subfinanciamento da cultura e que, nesse sentido, é urgente atribuir 1% do Orçamento do Estado para essa área, razão esta que leva o Grupo Parlamentar do BE a acompanhar o projeto de resolução do Grupo Parlamentar do PCP.

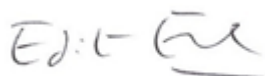
O Senhor Deputado José Carlos Barros (PSD) referiu que será cada vez mais curial o aumento de investimento na área da cultura. Registou, no entanto, o facto de no final da Legislatura o Grupo Parlamentar do PCP procurar desligar-se da política seguida por este Governo, nomeadamente naquilo que respeita ao orçamento da DGARTES, aos quatro anos de deriva do processo de autonomia dos museus e ao OPART.

A Senhora Deputada Carla Sousa (PS) referiu que o caminho que o Governo foi trilhando foi o de procurar mais financiamento para a área da Cultura, depois de muitos anos de negligência.

Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada às 11 horas e 10 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 4 de julho de 2019

A PRESIDENTE DA COMISSÃO,



(EDITE ESTRELA)

Nota: A ata foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do Grupo parlamentar do CDS-PP, na reunião de 17 de julho de 2019

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Amadeu Soares Albergaria
António Cardoso
Carla Sousa
Diana Ferreira
Edite Estrela
Helga Correia
Hugo Carvalho
Joel Sá
José Carlos Barros
José Magalhães
Luís Monteiro
Maria Conceição Loureiro
Sara Madruga da Costa
Ana Mesquita
Ana Sofia Bettencourt
Maria Augusta Santos

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Cristina Jesus
Diogo Leão
Ivan Gonçalves
João Pinho de Almeida
Liliana Silva
Margarida Balseiro Lopes
Pedro do Ó Ramos
Teresa Caeiro

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Susana Lamas